I- RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

1.1- A direção da EEPG do Portão Vermelho encaminha ofício à 32ª SE, cujo assunto trata de "Aluna Excepcional", relatando a situação irregular em que se encontra Aquilina Tamie Ueoka, filha de Takeci Ueoka e de Tsurue Kiyota, nascida aos 26/09/69, em Cotia, considerando que a aluna foi aceita na 2ª série do 1º grau, em 1976, sem que cursasse a 1ª série, por ter sido alfabetizada em casa.

Esclarece que a mãe da aluna solicitou à direção "providências no sentido de regularizar a situação" da filha, que cursa no corrente ano letivo a 3ª série do referido grau (fls.03).

Anexa ficha individual de avaliação referente ao 4º bimestre letivo da 2ª série realizado pela estudante. (fls.07)

1.2- A DRE 7-Oeste, recebendo o protocolado da 32 DE, devolve para esclarecimentos voltados para a referida ficha, tendo em vista a ausência de dados pertinentes aos três primeiros bimestres e o fato de constar a frequência a 182 dias letivos (fls.06)

1.3- A EEPG do Portão Vermelho informa que a aluna permaneceu como "ouvinte" no período de 10/03/76 a 30/09/76, tendo sido efetivada sua matrícula no dia 01/10/76 com autorização da então responsável pela direção da unidade (fls. 8 e 9).

1.4- A DRE - 7 - Oeste propôs à Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo o encaminhamento do protocolado à apreciação do Conselho Estadual de Educação, medida encampada pelo sr. Coordenador.

2. APRECIÇÃO:

2.1- A Deliberação CEE n° 13/73, que fixa normas gerais para a educação de excepcionais (artigo

9º da Lei Federal n° 9692 de 11 de agosto de 1971, reza:

" O aluno somente poderá, ser considerado como excepcional quando esta condição for caracterizada por profissionais credenciados que recomendem a conveniência de encaminhá-lo à educação especial" (§ 2º do artigo 1º)

"A Secretaria da Educação, devido o órgão técnico de educação especial, poderá autorizar os alunos excepcionais, em casos especiais, tratamento que se aparte das normas gerais que disciplinam o processo educacional (art. 6º)"

O simples fato de a aluna estar alfabetizada não caracteriza a sua excepcionalidade. Por outro lado, não consta do protocolado em lida que qualquer órgão técnico da Secretaria da Educação tivesse se manifestado sobre o assunto.

Errou a direção da EEPG do Portão Vermelho ao permitir à aluna que deixasse de seguir a ordem freqüencial natural de escolaridades, sem tomar tempestivamente as providências que o caso requeria.

Procedeu irregularmente ao manter a aluna na condição de "ouvinte", sem que haja base legal para tal procedimento.

E, para culminar a seqüência de equívocos, a direção da escola matriculou a aluna na 2ª série do 1º grau, a partir do 4º bimestre do ano letivo, deixando o seu Histórico Escolar sem registro nos três primeiros bimestres do ano de 1976.

2.2- Apesar desse amontoado de irregularidades de natureza administrativa, a aluna, foi muito bem sucedida em seu processo de escolarização na 2ª série, segundo se constata no ofício de encaminhamento do caso à Delegacia de Ensino no qual está registrado o testemunho de sua professora que diz ser a interessada uma das melhores da classe.

2.3- Diante da circunstância acima apontada julgamos inconveniente e mesmo indesejável, ao ponto de vista didático-pedagógico, o retorno dessa criança à série anterior.

II- CONCLUSÃO

À vista do exposto e em caráter de plena excepcionalidade, voto favoravelmente à convalidação da matrícula de Aquilina Tamie Ueoka, na 2ª série do 1º grau, na data em que efetivamente iniciou seus estudos, em 1976, na EEPG do Portão Vermelho, em Cotia, bem como dos anos escolares decorrentes.

Com base nos documentos que mantém sem seus arquivos, a Escola deverá completar os registros escolares da interessada no que diz respeito às avaliações dos três primeiros bimestres e frequência às aulas, no ano letivo de 1976.

Medidas administrativas que o caso requer deverão ser adotadas pelos órgãos próprios da Secretaria da Educação.

São Paulo, 14 de setembro de 1977.

a) Consº Geraldo R. Scabello
Relator

III- DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentar os Nobres Conselheiros: Geraldo Rapacci Scabello, João Baptista Salles da Silva, José Conceição Paixão, Maria da Imaculada Leme Monteiro, Maria de Lourdes Mariotto Haidar, Renato Alberto Teodoro Di Lio e Therezinha Fram.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 14 de setembro de 1977.

a) Consª. Maria de Lourdes Mariotto Haidar
Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 05 de outubro de 1977

a) Consº MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
Presidente